

DECRETO NORMATIVO Nº2.441/2015

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE BEM ESTAR SOCIAL – SBE nº001/2015.

O Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;

- **Considerando** a Lei Municipal nº1.065/2013, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Venda Nova do Imigrante, e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo nas administrações diretas e indiretas.


DECRETA:

Artigo 1º – Fica aprovada a *Instrução Normativa do Sistema de Bem Estar Social – SBE Nº001/2015*, que segue anexo como parte integrante do presente Decreto, versando sobre os seguintes assuntos:

* ESTABELECE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA CADASTRAMENTO E ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES.

Artigo 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Venda Nova do Imigrante-ES, 07 de agosto de 2015.


DALTON PERIM
Prefeito Municipal



INSTRUÇÃO NORMATIVA SISTEMA DO BEM ESTAR SOCIAL – SBE Nº 001/2015

ESTABELECE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA CADASTRAMENTO E ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES.

Versão: 01

Aprovação em: 07 de agosto de 2015.

Ato de aprovação: Decreto Normativo nº. 2.441/2015

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Normatizar e disciplinar os procedimentos necessários para execução e manutenção das ações, serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social no âmbito municipal, visando à garantia dos mínimos sociais, o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, a proteção e a promoção social para garantia da vida, da redução de danos e da prevenção e enfrentamento dos riscos.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Os procedimentos constantes nesta Normativa abrangem de modo geral todos os equipamentos públicos e privados que compõem a rede de atendimento socioassistencial do município de Venda Nova do Imigrante - ES.

CAPÍTULO III

DOS CONCEITOS

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - ASSISTÊNCIA SOCIAL - A Constituição Federal Brasileira, em seu art. 203 diz: "A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social". A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº8.742/93), assim como a Lei do SUAS do município de Venda Nova do Imigrante - ES (Lei nº1.110/2013) regulamentaram o art. 203 da CF, e em seu art. 1º, definiram: "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é



Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

II - PNAS – Política Nacional de Assistência Social – regida e controlada pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS estabelece as diretrizes, programas, ações e benefícios que compõem a Política da Assistência Social.

III - CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Venda Nova do Imigrante – Órgão superior de deliberação colegiada, instância de controle social vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo municipal e sociedade civil, ereger-se-á por Regimento Interno, por suas Resoluções e pelas Leis pertinentes.

IV - SUAS – Sistema Único de Assistência Social – organiza a rede de proteção e promoção social e institui efetivamente, as políticas públicas da assistência social em direito. Está organizado por dois níveis de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade.

V - USUÁRIO – Beneficiário/indivíduo que se encontra em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e/ou social (pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e idosos, pessoas com direitos violados entre outros).

VI - CRAS - Centro de Referência da Assistência Social – unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada a articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica às famílias.

VII – CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social – unidade pública de abrangência e gestão municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

VIII - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - poderá ser ofertado em diferentes tipos de equipamentos, destinado às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e/ou comunitários rompidos ou fragilizados, conforme descrição estabelecida pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a fim de garantir proteção integral.

IX - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - São benefícios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária. Os Benefícios Eventuais são assegurados pelo art. 22 da Lei nº 8.742/1993, juntamente com os serviços socioassistenciais, integram organicamente as garantias do SUAS com fundamentação nos princípios de cidadania e dos direitos sociais e humanos.



CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 4º A presente Instrução Normativa fundamenta-se nas legislações abaixo relacionadas:

I - Constituição Federal do Brasil - 1988;

II - Lei Nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

III - Lei Estadual Nº 9.966/2012 - Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Estado do Espírito Santo;

IV - Lei Municipal Nº 1.110/2013 - Dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social;

V - Lei Municipal Nº 788/2008 – Cria o Novo Conselho de Assistência Social;

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º São responsabilidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – como unidade responsável pela Instrução Normativa:

I - Promover a divulgação e implementação dessa Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientando as unidades executoras e supervisionando sua aplicação;

II - Promover discussões técnicas entre as unidades executoras e a unidade responsável pela coordenação de controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.

Art. 6º São responsabilidades das Unidades Executoras da Instrução Normativa:

I - Atender as solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa (Secretaria de Assistência Social), quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização;

II - Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre as alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III - Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;



IV - Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 7º São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno:

I - Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivo procedimentos de controle;

II - Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao SUAS, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles da Assistência Social.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO, DA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E DE PACTUAÇÃO DO SISTEMA DESCENTRALIZADO E PARTICIPATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Da Organização

Art. 8º O município de Venda Nova do Imigrante, na Gestão da Política Pública de Assistência Social, atuará de forma articulada com as esferas estadual e federal, observadas as normas do SUAS, através das diretrizes do sistema municipal de assistência social através da Lei Nº 1.110/2013, coordenar serviços, programas, projetos, benefícios e ações nesse âmbito.

Art. 9º O Sistema Municipal de Assistência Social de Venda Nova do Imigrante/ES está compreendido por níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade.

Parágrafo Único - Os serviços socioassistenciais são organizados por níveis de complexidade do SUAS e constituem padrões de referência unitária em todo território nacional, conforme resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 10 As proteções social básica e especial serão ofertadas essencialmente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e em instituições de acolhimento, respectivamente, pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes público e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.

§1º - O CRAS é uma unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços



socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos de proteção social básica às famílias.

§2º - O CREAS é uma unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§3º - O CRAS e o CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

§4º - O acolhimento institucional poderá ser ofertado em diferentes tipos de equipamentos, destinado às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e/ou comunitários rompidos ou fragilizados, conforme descrição estabelecida pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a fim de garantir proteção integral.

Art. 11 As competências do Município, por meio do órgão gestor da Política de Assistência Social estão dispostas no art. 9º, incisos de I a VII, da Lei nº 1.110/2013.

Seção II

Da Gestão da Política de Assistência Social

Art. 12 O órgão gestor da política de assistência social no Município é a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS e recai sobre ela as responsabilidades previstas no art. 11, incisos I a XX, da Lei nº 1.110/2013.

Seção III

Das Instâncias Deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social

Art. 13 Constituem Instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social no Município de Venda Nova do Imigrante/ES:

I - as Conferências Municipais de Assistência Social;

II - o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

§1º - As Conferências de Assistência Social são instâncias deliberativas com atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aprimoramento do SUAS.

§2º - Fica instituído o CMAS, órgão superior de deliberação colegiada, instância de controle social, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela gestão da política Municipal de Assistência Social.



Art. 14 A constituição do CMAS está disposta no art. 13, incisos I e II, parágrafos 1º ao 5º, da Lei nº 1.110/2013.

Art. 15 As competências do CMAS estão dispostas no art. 14, incisos I ao XX, da Lei nº 1.110/2013.

Parágrafo Único - O CMAS terá seu funcionamento regulamentado por Regimento Interno, que fixará os prazos legais de convocação, divulgação das reuniões, demais dispositivos referentes às atribuições legais dos membros da Diretoria, e o número de votos favoráveis para aprovação das pautas, que devem ser de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

CAPÍTULO VII

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Seção I

Dos Benefícios Eventuais

Art. 16 Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Parágrafo Único - A concessão e o valor dos benefícios de que se trata este artigo serão definidos pelo município, em conformidade com o Plano Municipal de Assistência Social e com o previsto na Lei Orçamentária Anual, com base em critérios e prazos definidos pelo Órgão Gestor da Assistência Social no Município e aprovados pelo CMAS.

Art. 17 O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca risco e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 18 No âmbito do Município, os benefícios eventuais poderão ser concedidos através de bens de consumo e/ou serviços, mediante critérios estabelecidos pelo órgão gestor da Assistência Social e de acordo com o disposto no art. 17, incisos I a IV, parágrafos 1º ao 3º da Lei nº 1.110/2013.

Art. 19 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.



Parágrafo Único - Não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de rodas, muletas, óculos e outros itens inerentes à área da saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, concessão de leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidade de uso.

Art. 20 O financiamento dos benefícios eventuais serão de transferência obrigatória, de forma regular e automática do Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social, em consonância com valores financeiros pactuados na Comissão Intergestores Bipartite - CIB da assistência social e aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social / ES - CEAS para o exercício em curso.

Parágrafo Único - Na situação de desastre e calamidade pública, a forma de concessão do benefício prestado por parte do Município será regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal.

Seção II

Dos Serviços

Art. 21 Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas, definidas nos termos do artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que visam a melhoria de vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 1.110/2013.

Seção III

Dos Programas de Assistência Social

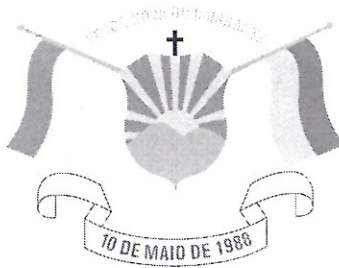
Art. 22 Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços socioassistenciais.

Parágrafo Único - Os programas de que trata este artigo serão definidos pelo respectivo órgão gestor da Assistência Social e aprovados pelo CMAS, obedecidos os objetivos e princípios regidos pela Lei nº 1.110/2013.

Seção IV

Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza

Art. 23 Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem o investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que



garantam a sua organização social, sua capacidade produtiva e de gestão, com vistas à melhoria das condições gerais de subsistência e à elevação do padrão de qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.

CAPÍTULO VIII

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 24 O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual.

Parágrafo Único - O orçamento da Assistência Social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, correspondendo a, no mínimo, 4% da receita geral do município, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem aplicados na oferta dos programas, projetos, benefícios, serviços, gestão e aprimoramento do SUAS.

Art. 25 Caberá ao Município a responsabilidade pela utilização dos recursos do respectivo Fundo de Assistência Social, o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador de recursos.

Parágrafo Único - O órgão gestor da Assistência Social poderá requisitar às entidades e organizações de Assistência Social informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Art. 26 O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS é um fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, que tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar gestão, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Art. 27 Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS enquanto órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o FMAS, sob orientação e acompanhamento do CMAS.

Art. 28 A constituição dos recursos do FMAS estão dispostos no art. 28, incisos I a VIII da Lei nº 1.110/2013.

Art. 29 A destinação dos recursos repassados pelo FMAS está disposta no art. 29, incisos I a VI da Lei nº 1.110/2013.

Art. 30 Os recursos de que trata o inciso I do artigo 28 poderão ser repassados pelo FMAS, anualmente, sob forma de convênio, subvenção social e outros que se fizerem necessários, para entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial, em



âmbito municipal e/ou regional, observados os critérios estabelecidos pelos respectivos conselhos, o disposto no artigo 9º da Lei nº 8.742/93 e a legislação aplicável.

Parágrafo Único - A prestação de contas do recurso que se refere o artigo 29 deverá ser encaminhada pelas entidades receptoras, para a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 31 Toda e qualquer dúvida ou omissão gerada por esta Instrução Normativa deverá ser solucionada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou Unidade Central de Controle Interno.

Art. 32 Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social realizar todos os esforços necessários à garantia do atendimento e cadastramento de todos os usuários do SUAS de forma igualitária, garantindo os princípios contidos na LOAS e Política Nacional de Assistência Social .

Art. 33 Todos os servidores envolvidos nos processos da área de atuação da Assistência Social devem atentar-se para o atendimento pleno das disposições contidas nesta Instrução Normativa.

Art. 34 Aplica-se, no que couber, aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa a legislação pertinente.

Art. 35 Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Venda Nova do Imigrante, 07 de agosto de 2015.

HELEN DOLORES DELPUPO MOYSES
Controladora Pública Interna